

Brasília pode ter autonomia definida já

“O Distrito Federal nunca vai ser um Estado autônomo igual aos demais integrantes da Federação, mas terá uma personalidade jurídica própria, que compatibilize o atrelamento da Capital da República com a União e a representação popular”. A opinião é do relator da comissão interpartidária que elabora as mudanças na legislação eleitoral e partidária, deputado João Gilberto, que apresenta, nesta terça-feira, a seguinte proposta de organização política para o Distrito Federal: eleição direta do governador, criação de um Conselho Comunitário equivalente a uma Assembléia Legislativa, mas com menos soberania, transformação das cidades-satélites em municípios e eleição de oito deputados federais e três senadores.

Amanhã, esta proposta será preliminarmente discutida pelas lideranças de todos os partidos e pelo Conselho Político do Governo. Ela é um meio termo entre a plena autonomia do DF e a total tutela à Presidência da República e ao Senado Federal. Mesmo assim, na avaliação de João Gilberto, sua aprovação não é tranquila. A representação política do DF na Constituinte é consensual, mas as demais modificações por significarem uma ampla reforma constitucional e a reformulação da Lei Orgânica do DF podem ser adiadas para a Assembléia Nacional Constituinte.

João Gilberto concluiu, ontem, pela manhã a proposta relativa ao DF, mas deixou em aberto algumas definições como a divisão da área de atuação entre o Conselho Comunitário e o Senado Federal. A mudança da Lei Orgânica do DF será precedida de um amplo debate com a população, constituindo-se numa verdadeira mini-constituinte. As entidades de classe e os partidos políticos locais, que aguardam o desfecho do processo sucessório do GDF, vão se mobilizar para influir no sentido de ampliar ao máximo a autonomia do DF. Este será um capítulo a parte das mudanças políticas da Nova República. A data da eleição do governador, caso ela seja decidida agora, também é uma questão polêmica: há quem a defenda este ano junto com o pleito para as prefeituras das capitais, mas a tendência majoritária em Brasília é de realizá-la em 86 junto com as eleições gerais.